

Workshop "Áreas continentais prioritárias para conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo"

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE HERPETOFAUNA

1. Checklist das espécies

O banco de dados inserido no SinBiota foi analisado, quanto a sua representatividade, atualização e correção das informações.

Foi efetuada a correção de: (a) erros de digitação de nomes científicos, (b) distribuição geográfica: registros não confirmados ou inexistentes para o Estado de São Paulo foram identificados e (c) a nomenclatura foi atualizada, segundo revisões taxonômicas recentes (Faivovich et al., 2005; Frost et al., 2006).

Após essa etapa, a representatividade do banco de dados foi avaliada, a partir de bases de dados dos pesquisadores participantes. Apesar dos esforços realizados na etapa de complementação do banco de dados várias bases de dados de grande importância não puderam, por questões diversas, disponibilizar os dados. Assim, o grau de representatividade dos registros inseridos no SinBiota é de cerca de 40% para Amphibia e de menos de 5% para Reptilia.

Essa etapa possibilitou a produção da **primeira listagem completa** de espécies de répteis e anfíbios do Estado e gerou a proposta do grupo de pesquisadores, de complementar esse banco de dados, inclusive inserindo registros da Coleção do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, uma das mais importantes bases de dados do Estado. Essa proposta é um dos resultados mais importantes do grupo de Herpetofauna, gerados durante o Workshop.

A riqueza de 180 espécies de anfíbios conhecidas no Estado até 1998 (Haddad, 1998), aumentou para 248 (três não descritas) espécies. Para Répteis são conhecidas 207 espécies: 11 de anfisbenas, 7 quelônios, 2 crocilianos, 45 lagartos (cinco não descritas) e 141 serpentes (três não descritas).

2. Revisão das categorias de ameaças

Optamos por não revisar a classificação pois a base de dados é insuficiente e haverá uma revisão das espécies ameaçadas do Estado em breve.

3. Identificação de lacunas de conhecimento e de espécies de distribuição restrita

Os trabalhos foram desenvolvidos em três etapas:

3.1) Análise da lista e discussão de **espécies-alvo**.

Com a constatação da baixa representatividade do banco de dados, optamos por trabalhar com as espécies de distribuição restrita. Isso implicou em uma ampliação do conceito de Registro único do banco de dados do SinBiota: resolvemos considerar espécies de distribuição restrita, pois a espécie pode estar registrada em três localidades muito próximas, indicando um certo grau de endemismo. Resolvemos também considerar as espécies, com distribuição restrita ou não, mas incluídas em alguma categoria de ameaça (IBAMA, IUCN, PROBIO/São Paulo). Assim, geramos um outro arquivo *shape*, excluindo todas as espécies do SinBiota que não atendiam os critérios estabelecidos pelos pesquisadores.

3.2) A lista e a base de dados foram **complementadas** com informações dos pesquisadores.

O próximo passo foi a complementação desse arquivo *shape*, incluindo outras espécies com distribuição restrita. Esse arquivo foi gerado durante o Workshop, a partir de bases de dados dos pesquisadores participantes, e da espacialização (inserção de coordenadas geográficas) da distribuição geográfica das espécies. Para Amphibia, a base de dados de espécies com distribuição restrita e/ou ameaçadas incluiu 52 espécies e para Reptilia cerca de 40 espécies. Após o Workshop, informações de pesquisadores já possibilitaram uma atualização dessa lista, com a exclusão de *Odontophrynus cultripes*, registrada em três localidades distantes entre si. 3.3) Produção dos **mapas** de distribuição.

O arquivo com a base de dados de espécies com distribuição restrita e/ou ameaçadas gerou os mapas de distribuição das espécies (Figs. 1 e 2), a qual foi associada com a base de dados de formações vegetais. Essa escolha foi baseada no conhecimento de que a fauna de anfíbios e répteis difere muito entre as fisionomias do Estado de São Paulo que, por sua vez, refletem também características climáticas distintas. Esses mapas refletiram muito proximamente os padrões de distribuição conhecidos para os dois grupos taxonômicos e possibilitaram detectar áreas onde o conhecimento é muito deficiente.

Para anfíbios fica evidente o alto grau de endemismo, já conhecido para Mata Atlântica (Fig. 3), enquanto para répteis a riqueza no cerrado é quase equivalente á de Mata Atlântica (Fig. 4).

4. Identificação de espécies exóticas e espécies-problema

Apesar da base de dados não conter registros, *Lithobates catesbeianus* (Ranidae), espécie norte-americana introduzida para criação e comércio, é reconhecidamente um problema. Para que propostas de manejo sejam feitas, é necessário que dados de distribuição e padrões de abundância populacional dessa espécie no Estado sejam obtidos.

Excluído: <sp>

5. Classificação das espécies de acordo com a sua escala de conservação, definição dos alvos de conservação, definição das unidades de planejamento e metas de conservação

As informações disponíveis são insuficientes para atender esse item. Para isso é necessário:

- i. Complementar e consolidar o banco de dados;
- ii. Revisar espécies-alvo;
- iii. Estabelecer metas de conservação para cada espécie em função da distribuição, mobilidade, tamanho do organismo;
- iv. Definir estratégias para construção de um mapa de polígonos para cada espécie (tamanho do buffer, ou polígono envolvente);
- v. Transformar o mapa de pontos em polígonos de distribuição;
- vi. Analisar a distribuição das espécies, cruzando os dados com vegetação, altitude, tipo de solo, ameaças etc.

Com relação ao item i, acima, durante o Workshop e por meio de correio eletrônico após o mesmo, foram iniciadas discussões sobre a forma de obter as informações necessárias para que dados da melhor qualidade possível sobre os anfíbios e répteis sejam utilizados na elaboração do mapa de áreas prioritárias. Embora a idéia seja produzir um banco de dados com todas as espécies que ocorrem no Estado, optamos por preparar inicialmente um banco com as espécies ameaçadas e de distribuição restrita, para uso imediato na produção dos mapas de áreas prioritárias.

Márcio Martins (USP/São Paulo)

Denise de C. Rossa Feres (UNESP/ S.J. do Rio Preto)